



## Sarney pede limites para MPs na abertura do ano legislativo

O presidente do Senado, José Sarney, pediu ontem, na abertura dos trabalhos do Congresso, limites para a edição de medidas provisórias e defendeu alterações nos sistemas eleitoral e partidário. A solenidade, iniciada com

revista de tropa, contou com discurso do presidente da Câmara, Marco Maia, e mensagens do Executivo, levada pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), e do Judiciário, levada pelo ministro Ricardo Lewandowski (STF). **2 e 3**



Ministra Gleisi Hoffmann (sendo cumprimentada) representou a presidente



Sarney passa a tropa em revista na solenidade de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional: para ele, interferência das medidas provisórias é o problema mais grave enfrentado pelo Legislativo

**Marco Maia aponta compromissos da Câmara** **2**

**Em mensagem, Dilma diz que país precisa de disciplina e ousadia** **3**

**Ministro do STF espera maior colaboração entre Poderes** **2**

**Comissão debaterá estímulo à exploração, no Brasil, dos chamados metais de terras raras** **4**

**Senadores defendem a aprovação de projetos que ampliam e fortalecem as cooperativas** **4**

Em discurso na abertura dos trabalhos legislativos de 2012, o presidente do Senado defendeu a definição de mais limites ao Executivo para a edição de medidas provisórias

# MPs são armadilha à democracia, diz Sarney

EM PRONUNCIAMENTO NA abertura do ano legislativo de 2012, ontem, o presidente do Senado, José Sarney, pediu limites para a edição de medidas provisórias e defendeu alterações nos sistemas eleitoral e partidário.

No discurso, o senador afirmou que a interferência das medidas provisórias (MPs) é o problema mais grave que o Legislativo enfrenta hoje:

— Elas continuam a ser uma armadilha no aprofundamento da democracia, pela sua amplitude e pelo tempo exíguo para serem analisadas, sendo uma porta aberta à baixa qualidade das leis e à invasão de dispositivos casuísticos e inoportunos.

Para Sarney, as MPs são fruto do “hibridismo parlamentarista e presidencialista” dos constituintes de 1988 e comprometem a iniciativa legislativa e o tempo de trabalho dos congressistas.

— É necessário construir uma solução que devolva ao Executivo muitas atribuições que agregamos e que nada têm a ver conosco, além de restringir as medidas provisórias à amplitude dos assuntos que abordam — assinalou.

O presidente do Senado lembrou que tem “uma das vidas públicas mais longas do país” e citou suas muitas frustrações ao tentar resolver o assunto.

Destacou que a internet e as mídias sociais projetam para o



Observada por Marco Maia, ministra Gleisi Hoffmann entrega a José Sarney mensagem de Dilma ao Congresso Nacional

futuro a volta da democracia direta exercida na antiga Grécia. Entretanto, enquanto o futuro não se concretiza, é preciso empreender a reforma dos sistemas eleitoral e partidário.

— O voto proporcional uninominal, tenho insistido, esgotou-se e há muito deveria ter sido eliminado de nosso sistema político. É preciso que cheguemos a um modelo em que o eleitor se sinta vinculado ao eleito e que este, naturalmente, conheça e respeite seu eleitor — defendeu, ressaltando a necessidade de se reforçarem os princípios programáticos dos partidos.

Sarney disse que uma das primeiras tarefas do Parlamento

em 2012 é criar uma comissão de “grandes experts” para estudar as relações federativas, “cada vez mais esgarçadas”.

— Federação e República andam juntas, e precisamos refundar essa visão.

## Prioridades

Após a cerimônia, Sarney afirmou que neste ano os debates no Senado serão dominados por ao menos três assuntos: a lei que substituirá o atual Fundo de Participação dos Estados, a Lei Geral da Copa e os royalties de petróleo.

Os parlamentares têm até o dia 31 de dezembro, segundo prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF),

para definir novos critérios de distribuição de recursos para os estados e o Distrito Federal.

A Lei Geral da Copa está em processo final de votação na Câmara e deve chegar nos próximos dias ao Senado. E a redistribuição dos royalties de petróleo deve voltar ao Senado após a análise dos deputados.

Questionado sobre a viabilidade da avaliação de todas essas matérias, dado o fato de 2012 ser um ano atípico — por causa das eleições municipais —, Sarney foi enfático:

— Estamos com a necessidade, com a obrigatoriedade de votar esses assuntos. Todos eles têm prazo fatal e devem ser resolvidos neste ano.

## Marco Maia aponta compromissos da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, apontou, entre os temas que deverão ocupar os deputados neste primeiro semestre, a distribuição dos royalties do petróleo, o fundo de previdência do servidor público, a Lei Geral da Copa e “atenção especial e imediata” ao aperfeiçoamento da Lei Seca. A reforma política continua na agenda, disse ele, salientando a responsabilidade dos deputados com a manutenção da governabilidade.

Marco Maia também chamou a atenção para a “conjuntura econômica mundial duvidosa”.

— Temos como certo que os gastos públicos, nesse momento, devem estar diretamente ligados com o aumento da produção e com o desenvolvimento econômico do nosso país — declarou.

## Lewandowski destaca avanços da Justiça

O ministro Ricardo Lewandowski, representante do Supremo Tribunal Federal (STF), leu ontem, na sessão de reabertura do Congresso, mensagem do Poder Judiciário ressaltando avanços alcançados em 2011. Ele considerou fundamental o aprofundamento da colaboração entre os Poderes e apontou como resultado de “esforço coordenado” a lei que instituiu o aviso prévio de até 90 dias.

Entre as melhorias, o ministro citou o aumento de 105% no número de decisões do STF

em recursos com repercussão geral reconhecida. Foram 38 em 2011, diante dos 19 de 2010. Segundo ele, isso permitirá que outros tribunais possam decidir de imediato cerca de 70 mil causas.

Lewandowski mencionou a nova versão do sistema de petição eletrônico e o aumento de 52% no número de julgamentos de ações diretas de inconstitucionalidade.

Ele citou diversas decisões relevantes em 2011: constitucionalidade das manifestações pela descriminalização da



Ministro apoia “esforço concentrado”

maconha, necessidade de aprovação no exame da OAB para o exercício da advocacia, julgamentos sobre a Lei da Ficha Limpa, sobre união homoafetiva e sobre o piso nacional do magistério.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Sessão não deliberativa

9h

A sessão plenária de hoje será não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Sítio:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## J DO DO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvio Burle e Suelly Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

# Reforma política é lembrada em solenidade

O ano legislativo de 2012 teve início ontem, com a solenidade de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional.

Em discurso, o presidente do Senado, José Sarney, defendeu limites à edição de medidas provisórias. O tema das reformas política e eleitoral foi tratado por ele e pela presidente Dilma Rousseff em mensagem aos parlamentares. Discursaram ainda os presidentes do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski — representando o Judiciário —, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

Antes dessa solenidade, Sarney passou a tropa em revista em frente ao Congresso, e uma salva de gala, com 21 tiros de canhão, foi executada pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha. O Hino Nacional foi apresentado pela Banda do Batalhão



Acima, solenidade de abertura da segunda sessão legislativa da 54ª legislatura, no Plenário da Câmara dos Deputados. Ao lado, o presidente do Senado, José Sarney, passa a tropa em revista



da Guarda Presidencial durante o hasteamento das bandeiras das Casas Legislativas. No Plenário, o hino foi executado pela Banda do Corpo de Fuzileiros Navais.

## Oposição vê com descrédito promessas de austeridade

Boas intenções e juras de austeridade não implicam o cumprimento das promessas, acreditam senadores opositoristas, que duvidam de boa parte da disposição de conter gastos declarada pelo governo na mensagem presidencial.

— Nós assistimos no ano passado à proposta de um conjunto de boas intenções e boa parte delas não se consolidou — comentou Aécio Neves (PSDB-MG), para quem o governo “ainda patina”.

José Agripino (DEM-RN), por sua vez, considera que investimentos em infraestrutura e diminuição da carga tributária do setor produtivo foram negligenciados.

— O Brasil é um país proibido de crescer — declarou.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), em contraponto, afirmou que o governo está, sim, comprometido com o controle das despesas, principalmente em razão do cenário de crise internacional.

## Dilma diz que 2012 exigirá disciplina e ousadia

A gestão econômica do Brasil vai exigir disciplina e ousadia em 2012, para dar continuidade ao crescimento da produção e do emprego e à proteção da estrutura produtiva do país. A análise consta da mensagem encaminhada ontem pela presidente da República, Dilma Rousseff, ao Congresso Nacional, na reabertura dos trabalhos legislativos.

Entregue pela ministra da Casa Civil, a senadora licenciada Gleisi Hoffmann, ao presidente do Senado, José Sarney, a mensagem destaca que, com responsabilidade fiscal e monetária, o país tem focado o fortalecimento do mercado interno, a geração de emprego, a distribuição de

renda e investimentos. Para a presidente, o modelo garantirá a transformação do Brasil em um país de classe média.

Entre as ações que serão necessárias em 2012, segundo Dilma, estão o alcance do superávit fiscal, a atenção constante sobre a evolução dos preços e a continuidade da redução da dívida pública.

Na mensagem, lida pelo 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), a presidente destacou medidas já adotadas, como o reajuste do salário mínimo para R\$ 622, o que, afirmou, permite ganhos a parcela importante da população, contribuindo para manter o dinamismo do mercado.

A presidente lembrou também a correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas e a redefinição nas faixas de enquadramento do Supersimples, que reduziu a tributação sobre pequenos empreendedores, fundamentais para a geração de emprego.

### Crise

Sobre a crise internacional, Dilma Rousseff acentuou em sua mensagem que, em 2011, ano em que as grandes potências cresceram pouco ou retrocederam, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, gerando quase 2 milhões de

empregos, o segundo melhor resultado da história.

O compromisso com a erradicação da extrema pobreza foi reafirmado pela presidente, citando o Programa Brasil sem Miséria, que visa alcançar 16 milhões de brasileiros.

O Programa Bolsa Família também mereceu destaque no documento. Em 2012, o governo pretende integrar mais programas estaduais de transferência de renda ao programa e garantir assistência técnica a 200 mil famílias de agricultores extremamente pobres.

A mensagem presidencial é uma tradição que vem do Império, sendo copiada dos ingleses e mantida desde o início do Legislativo, em 1823.

## Crescimento com inclusão social continua na agenda

O governo pretende avançar no aprimoramento das políticas de defesa comercial, para que a indústria nacional não seja submetida a práticas concorrenciais desleais que possam colocar em risco o emprego e o próprio crescimento brasileiro.

Na mensagem ao Congresso, o Executivo explica que

manterá a estratégia de fomento ao crescimento vigoroso da economia, lastreado na estabilidade macroeconômica, na redução das desigualdades, na qualificação da força de trabalho, em estímulos à inovação tecnológica e em investimentos em infraestrutura.

A atual política externa é colocada como essencial

ao projeto nacional de desenvolvimento, que articula crescimento e inclusão social. A partir dessas premissas, a presidente Dilma Rousseff avalia que é inadiável uma reforma da governança global, com fortalecimento do poder decisório do G-20.

O governo cita ainda o desafio multilateral de organizar a

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. “Essa será uma excelente oportunidade para recolocarmos o tema do desenvolvimento no centro da agenda internacional para os próximos anos e reafirmarmos o compromisso com a erradicação da pobreza no mundo”, afirma Dilma.

Em audiência, comissão discutirá formas de incentivar o Brasil na pesquisa e na exploração dos chamados metais de terras raras, usados na defesa e na indústria petrolífera

## Senado debaterá exploração de metal estratégico

A CRIAÇÃO DE política nacional para pesquisa e exploração dos chamados metais de terras raras será debatida nas próximas semanas em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Requerimento nesse sentido, apresentado por Luiz Henrique (PMDB-SC), foi aprovado há seis meses. A data será marcada em breve pelo presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM).

São conhecidos como metais de terras raras (ou simplesmente terras raras) 17 elementos químicos, como lantânio, lutécio, escândio e ítrio, que são utilizados na produção de supercondutores, turbinas eólicas, painéis

solares e automóveis.

Deverão ser convidados para a audiência representantes dos ministérios de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, além da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

De acordo com o governo, o Brasil precisa desenvolver novas tecnologias para aproveitar as terras raras.

— As terras raras são uma questão de soberania nacional, pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera. Por isso, precisamos de uma política estratégica de fomento à sua produção e ao arrojo empresarial, para promover o aproveitamento das jazidas — sustenta Luiz Henrique em seu requerimento.

Atualmente, a China é res-



ponsável por 97% da produção mundial de terras raras. Por isso, tem imposto cotas nos últimos anos às suas exportações do produto, forçando aumento dos preços no mercado

internacional.

Segundo o requerimento aprovado pela comissão, existem reservas reconhecidas de terras raras em Catalão (GO), São Francisco de Itabapoana

(RJ) e no distrito de Pitinga, em Presidente Figueiredo (AM). Há indícios de reservas em outras partes da Amazônia. Novas reservas serão também pesquisadas no fundo do mar.

## Moka e Ana Amélia priorizam cooperativismo

Projetos que tratam de questões relativas ao cooperativismo e debates sobre o assunto terão destaque na agenda do Senado ao longo de 2012, escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Cooperativas. Conforme o vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Waldemir Moka (PMDB-MS), a importância do setor no desenvolvimento do Brasil justifica prioridade na pauta legislativa.

— Mais de 40% de toda a exportação de alimentos passa por cooperativas agropecuárias, que também são essenciais para tornar os pequenos produtores mais fortes e competitivos — ressaltou o parlamentar.

A opinião é compartilhada por Ana Amélia (PP-RS), que lembrou que seu estado é o berço do cooperativismo brasileiro.

Entre as matérias sobre o setor que devem ser votadas na Casa, estão as que buscam melhorar a infraestrutura produtiva e de comercialização e as

que tratam dos problemas enfrentados pelas cooperativas de trabalho. Waldemir Moka destacou ainda a importância das cooperativas de crédito.

— São as cooperativas de crédito que chegam ao pequeno e ao médio agricultor em municípios onde não há agência bancária e que conseguem fazer com que o custo do dinheiro seja menor — disse.

O senador lembrou a aprovação, em 2011, de projeto de Ana Amélia que abre a bancos cooperativos e cooperativas de crédito acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Pela proposta, podem receber empréstimos micro e pequenas empresas, rurais ou urbanas. A matéria (PLS 40/11), que foi enviada à Câmara, também inclui mecanismos de proteção aos recursos do FAT.



Instalações da cooperativa agropecuária e industrial do município paranaense de Mandaguari

## Data internacional estimula eventos

Para comemorar o Ano Internacional das Cooperativas, Ana Amélia e Waldemir Moka vão requerer a realização de sessão especial no Senado. A senadora vai propor que a CRA realize audiência pública, em março, para discutir o seguro agrícola, durante a Expodireto Cotrijal, no Rio Grande do Sul.

Ana Amélia resalta que não apenas a produção agropecuária do seu estado, que é majoritariamente cooperativada, mas todo o agronegócio nacional sofre pela falta de mecanismos mais eficazes de proteção a lavouras e criações, frequentemente afetadas por eventos climáticos.

As iniciativas sugeridas pelos dois senadores para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas seguem objetivos da ONU, entre os quais o da ampliação da legislação e das políticas públicas de fortalecimento da atuação das cooperativas no país.

## Lideranças marcam reunião para definir agenda de prioridades

Durante café da manhã no gabinete da liderança do PTB no Senado, ontem, alguns líderes partidários marcaram reunião na próxima semana para criar agenda de projetos prioritários para este ano.

De acordo com o líder do PTB, Gim Argello (PTB-DF), a reunião deverá ser convocada para terça-feira, dia 7, pelo presidente José Sarney. Ele também acredita que a partir dessa data os senadores deverão votar em Plenário alguns dos projetos.

Segundo o líder do PMDB, Renan Calheiros (PMDB-AL), entre os projetos que deverão ser incluídos na pauta está

a chamada PEC do CNJ — a Proposta de Emenda à Constituição 97/11, que trata das competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça.

Renan destaca também o Estatuto da Juventude (PLC 98/11), que está na CCJ, e projetos que estão na Câmara dos Deputados, como o Código Florestal, a Lei Geral da Copa

e o projeto de lei que institui a previdência complementar dos servidores públicos (PL 1.992/07).

— É importante construir uma agenda e unificar todos

os partidos em torno dela para que o Senado efetivamente funcione — disse o parlamentar.

Além dos projetos citados por Renan, Gim mencionou a necessidade de os parlamentares examinarem temas polêmicos como os royalties do petróleo e a fixação de novo modelo para o ICMS.

Participaram do café da manhã de ontem o presidente do Senado, José Sarney; alguns líderes partidários na Casa; senadores do PTB; o presidente do partido, Roberto Jefferson; além do líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).



Entre Gim Argello (terno azul) e Fernando Collor, Sarney participa da reunião de líderes no gabinete da liderança do PTB